

# AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO PRIMÁRIO NO INTERIOR DO MARANHÃO

Mariléia dos Santos Cruz. Universidade Federal do Maranhão-CCSST/ITZ.  
[euluena@hotmail.com.br](mailto:euluena@hotmail.com.br)

**Palavras-chave:** ensino graduado, escola isolada, interior do Estado do Maranhão.

## Introdução

O presente trabalho visa caracterizar o processo de ampliação e modernização do sistema de ensino primária no interior do Maranhão, nos primeiros sessenta anos do século XX, a partir da análise de relatórios e mensagens de governadores, relatórios da Instrução Pública, coleções de leis e decretos do período.

## Os primeiros 30 anos do século XX

No Estado do Maranhão, embora a implantação do modelo graduado de escola não tenha se iniciado de forma tardia, a visão de economia dos recursos públicos com a expansão desse tipo de escola não foi partilhada com unanimidade por seus governadores em diferentes períodos das três primeiras décadas do século XX. Os governadores, embora reconhecessem a necessidade da construção de edifícios escolares, não tomaram as medidas necessárias para viabilizar tais construções, alegando sempre a carência de recursos. Dessa forma, a carência de edifícios e demais condições para o funcionamento de escolas graduadas penalizou, consideravelmente, a qualidade e a quantidade de escolas no Estado, especialmente, no interior, onde o problema era ainda mais grave.

Até o ano de 1915, conforme mensagem do governo, numa referência à educação no interior maranhense declarava-se que “... as escolas estão, na quase totalidade, desprovidas de material e em casas alugadas, porque o Estado não possui prédios próprios, mas têm grande matrícula (...)” (Mensagem do Governador Herculano Nina Parga – 5 de fevereiro de 1915).

Em outro momento, em 1918, o governador reconhecia os bons resultados da política de implantação de grupos escolares em outros estados, e indicava como uma necessidade de “primeira ordem”, a construção de prédios respeitando “os requisitos da pedagogia moderna”.

Em 1925, as escolas maranhenses ainda sofriam com as consequências do pouco investimento na construção de adequadas edificações para o funcionamento de escolas,

embora o governador declarasse ter se empenhado para localizar as escolas em prédios mais “confortáveis (...), dentro das possibilidades das finanças estaduais” (Mensagem Presidente Godofredo Vianna – 5 de Fevereiro de 1925, p. 34). Ainda, nessa mesma mensagem, ele afirmava ter deixado de atender pedidos para criação de grupos escolas no interior, alegando os altos custos para sua implantação.

Além de não autorizar a criação de grupos para o interior, outro argumento peculiar foi apresentado pelo governador Godofredo Vianna, que contrasta com o que em outras localidades do Brasil<sup>1</sup>, se defendia sobre a economia que a administração pública realizava com a implantação dos grupos. Ele apresentou um cálculo visando comprovar a inadequação desse modelo para a realidade do interior do Maranhão, defendendo as vantagens do emprego da escola isolada, conforme transcrito abaixo:

Tem o Governo deixado de atender a pedido para criação de grupos escolares no interior. Realmente, é um curso de maior aproveitamento para os alumnos, mas acontece que o custeio de um grupo escolar em qualquer localidade do interior exige a supressão das escolas isoladas locais. Cada grupo pode ter até 150 alumnos, ao passo que nas escolas isoladas de um só mestre não se matriculam mais de 30 alumnos. A primeira vista parece que ha vantagem na criação dos grupos. Entretanto, deixando de lado a parte financeira do problema, visto que a manutenção de um grupo é mais pesada ao Estado, vê-se-à que, para a diffusão do ensino, é preferível crear escolas isoladas. Com efeito, com o pessoal de um grupo podem-se abrir 5 escolas isoladas, e enquanto em cada grupo só se matriculam 30 alumnos, pois a matrícula se faz no primeiro anno, nas cinco escolas isoladas matriculam 150. Acresce que o Estado não está em condições de manter mais de um grupo em cada cidade do interior onde, faltando transporte, os alumnos tem de percorrer grandes distâncias a pé (...) (Mensagem Presidente Godofredo Vianna – 5 de Fevereiro de 1925, p. 35).

Na fala do governador do Maranhão, 22 anos após o início da implantação das escolas graduadas no Estado, aparecem argumentos contra o funcionamento de grupos escolares no interior, alegando-se dificuldades econômicas e as características geográficas do Estado, indicando, desse modo, uma vocação dessa região, para funcionamento de escolas isoladas. Em 1927 o Governador Magalhães de Almeida declarava que “a Escola Modelo é a única que dispõe de instalações condigna, pois funciona em amplo prédio especialmente construído para o fim a que se destina” (p. 21). E ainda acrescentava que “os grupos escolares e as escolas isoladas estão mal instalados, em prédios acanhados e mal divididos, sendo a maior parte alugados a particulares” (1927, p. 21-22).

Em mensagem de 1928, o governante do Estado do Maranhão reforçou mais uma vez que reconhecia a grande deficiência da instrução pública maranhense “na parte que se refere a

prédios e materiais escolares”, justificando que “só por motivo de ordem financeira” não atacou de frente esse problema. E mesmo justificando motivos de ordem financeira, o mesmo governador acrescenta que as “escolas em casas alugadas, sem conforto, sem hygiene e sem os indispensáveis requisitos exigidos pela pedagogia moderna” provocam “excessiva despesa” aos cofres públicos (1928, p. 15). Se havia excessiva despesa aos cofres públicos com o aluguel de prédios precários onde funcionavam as escolas isoladas pode-se constatar que o problema maranhense, mais do que a carência de recursos, se localizava na precária capacidade de gerenciar tais recursos, que durante todo o século XIX e até a metade do século XX, praticamente não foram empregues no patrimônio público.

### **Tipos escolares em vigência no interior do Maranhão no período de 1930 a 1950**

A escola primária brasileira recebeu muitas nomenclaturas indicando que jamais, apesar da forte influência do período para modernização do ensino, inspirada no movimento da escola nova, pode-se considerá-la a “escola única” defendida pelos pioneiros da educação. Pelo contrário, o sistema primário de ensino brasileiro esteve mais para um sistema múltiplo, composto por diversos tipos de escolas, direcionado a setores diferenciados da sociedade.

Havia nesse sistema de ensino as escolas isoladas (ou singulares), as reunidas (ou agrupadas), escola modelo, o grupo escolar, as escolas rurais e as escolas supletivas. Essa foi uma fase de massificação da escola pública que no afã de ser reproduzida para alcançar o maior número possível de estudantes, originou-se em novas modalidades ou tipos a partir da aproximação ou da distância das características em vigência com as inerentes ao modelo tomado como padrão a ser alcançado. Assim, podem-se visualizar dois extremos entre os modelos escolares do período: o primeiro, da escola isolada, de um só mestre, sem classes e que vigorou durante todo o século XIX; e o segundo, o do tipo graduado, que representando a modernização do ensino, materializou-se nos grupos escolares. Entre esses dois extremos, seguindo uma escala crescente (considerando a escola isolada como o extremo inferior, representativo do ultrapassado; e no extremo superior, o grupo escolar, representativo do moderno) aparece uma terceira modalidade de escola intermediária, ora chamada de “agrupada”, ora de “reunida”.

Alguns desses tipos escolares aparecem na legislação da instrução pública maranhense de 1932, quando se declara que “o curso elementar (...) será feito nas escolas primárias, de tipo mixto ou masculinas, das seguintes categorias: a) escolas isoladas; b)

grupos escolares; c) curso de aplicação; d) cursos noturnos” (Art. 122. Regulamento da Instrução Pública, 1932).

Embora a escola reunida não seja citada claramente no artigo 122 do Regulamento de 1932, que faz referência às categorias de escola, esse tipo intermediário já se encontrava em vigência no Maranhão, sobretudo no interior do Estado. Nos artigos 124, 125, 126 e 127 se podem observar as características da escola reunida, bem como se percebe que essa categoria escolar intermediária entre duas formas diferentes, surge como uma adequação, uma espécie de “arranjo”; decorrente de uma situação aonde se almeja o novo, mas que dadas às limitações das condições básicas para a sua implantação, recorre-se à adaptação das novas características à velha realidade.

No Regulamento em questão se observa que a implantação de uma categoria de escola está subordinada à quantidade de alunos e à proximidade espacial existente entre eles. Nesse período só era obrigatória a escolarização para os alunos que estivessem localizados até dois quilômetros da escola existente (art. 120). Por outro lado, dependendo do número de alunos e da distância entre eles, a escola poderia ser isolada, reunida ou grupo escolar. A escola reunida seria então aquela organizada pela junção de várias escolas isoladas em um mesmo prédio, desde que estas escolas se encontrassem localizadas em um raio de 2 quilômetros, e desde que não houvesse impedimento das crianças frequentarem esse mesmo espaço, o qual não poderia possuir menos de 90 crianças. A escola isolada seria aquela que no raio de dois quilômetros, reunisse pelo menos, 30 crianças em idade escolar, enquanto que o grupo escolar seria a que, no raio de dois quilômetros, reunisse até 300 crianças em idade escolar (art. 123 e 126).

A distância entre os alunos e a escola não foi o único elemento que influenciou no funcionamento de um ou outro tipo escolar no interior do Maranhão. Determinadas vezes, o índice populacional do município também foi utilizado como argumento para sugerir a transformação de uma escola isolada em agrupada, ou de uma escola agrupada em grupo escolar, conforme evidenciado nos registros do Inspetor do Ensino Lui Gonzaga Roland, em 1943 (Relatório Geral da Instrução Pública, 1943).

Verifica-se, desse modo, que a escola primária vai pouco a pouco se metamorfoseando, se distanciando do modelo mais antigo, por meio da incorporação das novas características da forma escolar estabelecida como o padrão moderno de escola. A

primeira característica dessa metamorfose nos parece que foi a aproximação espacial, quando se possibilita a reunião de escolas isoladas em um mesmo prédio, conforme a quantidade de alunos da localidade. A segunda característica é a organização das classes, quando se estabelecem os critérios para matrícula dos alunos. O curso primário das escolas isoladas que deveriam decorrer em quatro anos, e o dos grupos escolares que deveriam funcionar em cinco anos foram cursos especialmente destinados a receberem candidatos com idade entre 7 a 14 anos (Artigo 132, alínea a. Regulamento da Instrução Pública, 1932). Outro indicativo de que a organização de classes vinha paulatinamente sendo introduzida, inclusive nas escolas isoladas, aparece quando no regulamento em questão, são apresentadas as condições em que cada aluno poderia se transferir de uma escola para outra. Determinava-se que “a diretora, ou professora das escolas isoladas, expedirá ao aluno que requerer transferência uma guia da qual conste o nome da escola, *a classe do aluno*, número de faltas e as notas de aproveitamento” (parágrafo único, artigo 241, Regulamento 1932, grifo meu). Em outro momento do mesmo regulamento, fica patente a vigência de classes nas escolas isoladas maranhenses. Trata-se do que está exposto no artigo 131, no qual se registra que “se for pequeno o número de alunos *nas duas classes superiores* das diversas escolas isoladas de uma localidade, o Diretor Geral da Instrução Pública poderá determinar que esses alunos frequentem uma só escola, ficando as demais com as classes inferiores”(ibid., grifo meu). Sendo assim, pode-se entender que as práticas escolares vigentes nas escolas isoladas do período vinham funcionando com características multisseriadas, possivelmente até se utilizando de formas simultâneas de ensino, em contraposição ao método individual dominante nas aulas de primeiras letras do século XIX.

Contudo, havia casos também, de uma escola reunida (agrupada) funcionar com apenas uma professora, conforme se observa em sugestão apresentada pela inspetora do ensino no interior Laura Rosa, que sugere aposentadoria da professora Maria da graça Garcia da Escola Agrupada da sede de Ararari “por não poder mais ensinar”, pois é ela quem “ensina as cinco classes e não pode por isso conter a indisciplina e o decréscimo da matrícula nas 1º. e 2º classes” (Relatório Geral da Instrução Pública, 1943).

O próprio período de matrícula representa um elemento indicativo de que a escola primária vinha passando por um processo de metamorfose da sua forma escolar. Enquanto a escola de primeiras letras dominante no século XIX poderia matricular a qualquer tempo do ano, a nova escola isolada reservava apenas o primeiro semestre para matrículas, recebendo

alunos que não excedessem há quatorze anos, em qualquer grau de aproveitamento (art. 230). Essa definição aproximava a escola isolada do grupo escolar, para o qual a matrícula obrigatoriamente se restringia ao mês de janeiro, estendendo-se até o mês de março, apenas no caso do não preenchimento das vagas (artigo 228).

Para essa diversidade de tipos escolares, houve no Maranhão, a intenção de adaptar o programa ao caráter específico de cada escola. Assim foi que, em 1942, o programa da escola primária foi dividido em bimestres compostos de cinco módulos conforme cada tipo de escola que existia no Estado: grupos escolares, escolas agrupadas diurna e noturna, escola singular, diurna e noturna. Acompanhando a distribuição do programa havia também, a solicitação de cópias mensais do diário de classe pela diretoria da Instrução Pública para comprovar o cumprimento do programa escolar.

Pelo Decreto-lei Federal nº. 8.529, de 02 de janeiro de 1946 foram estabelecidos que os tipos escolares vigentes no Brasil, eram: as escolas isoladas (E.I.), de uma só turma de alunos, entregues a um só docente; Escolas reunidas (E.R.), quando houver de duas a quatro turmas de alunos, e número correspondente de professores; Grupo escolar (G.E.), quando possuía cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes; Escola supletiva (E.S.), quando ministre ensino supletivo, qualquer que seja o número de turmas de alunos e de professores.

Seguindo a mesma tendência estabelecida pela lei orgânica do ensino primário de 1946, entrou em vigor, naquele mesmo ano, o Decreto-lei estadual nº 1.462 de 31 de dezembro, visando adaptar o ensino primário e normal do Maranhão, às novas orientações estabelecidas em âmbito federal. De acordo com essa nova reforma do ensino realizada, os tipos escolares estabelecidos (E.I, E.R, G.E, e E.S) pela lei orgânica do ensino primário são textualmente reproduzidos pelo Decreto-lei maranhense, seguindo inclusive a mesma descrição para a característica de cada um desses tipos escolares. Acrescenta-se no Decreto-lei do Maranhão, que essas “designações” atribuídas aos estabelecimentos de ensino primário, deveriam ser “acrescidos os qualificativos urbano, distrital ou rural segundo a localização” (art. 20º).

Quanto à idade para acesso à escola primária, a reforma da educação de 1946 que ocorreu no Maranhão, tornou comum a graduação escolar nos três tipos escolares (E.I, E.R, G.E) ao definir que as crianças de sete anos completos ou por completar até 1º de junho serão

“admitidas à matrícula da primeira série do curso elementar” (art. 10), e ao estabelecer critérios comuns de avaliação, os quais permitiriam a retenção ou a progressão. Desse modo, todos os tipos escolares deveriam fazer a “verificação do rendimento escolar”, adotando “critérios e processos objetivos”, sendo o aproveitamento “avaliado em notas, que se graduação de zero a cem, fixando-se em setenta a nota mínima de habilitação” (art. 14º).

Verifica-se que as práticas pedagógicas e as formas de organização escolar originárias do modelo graduado de escola aparecem na reforma maranhense de 1946 como regras a serem cumpridas por todo o conjunto de escolas que compõem o sistema público de ensino, e não mais apenas pelos grupos escolares. Dessa forma, o elemento diferenciador entre um e outro tipo escolar ficou a cargo dos seguintes aspectos: nível de ensino \_ pois o grupo era uma escola habilitada a ministrar até o curso complementar, enquanto as escolas isoladas e reunidas, só poderiam ministrar o curso elementar; a existência de número de docente compatível com o número de séries, pois uma escola isolada era ainda a escola de apenas um professor; o espaço destinado ao funcionamento da escola, que no caso da isolada, se restringia a uma única sala de aula; e por último, a exigência da formação docente, a qual para o grupo escolar não se admitia professor sem formação no curso normal, enquanto que para a isolada aceitava-se, também, professores leigos.

Embora concretamente algumas práticas pedagógicas inerentes ao modelo graduado já fizessem parte do cotidiano das escolas isoladas, na segunda metade da década de 40, o grupo escolar ainda permaneceria por muito tempo como a escola dos sonhos do interior do Maranhão; uma vez que só muito lentamente ela foi se ampliando, mantendo-se sempre, numericamente, inferior ao que ocorria com as reunidas e as isoladas.

Depreende-se da análise de dados reunidos pela diretoria da Instrução Pública, acerca de 44 municípios dos quais se dispunha de informações referentes ao ano de 1942, que nesse conjunto de municípios contabilizava-se a existência de 28 grupos escolares, sendo destes 12 localizados na capital, e 16 em 14 municípios. Sendo assim, do universo de 44 municípios apresentados, 29 deles não possuía nenhum grupo escolar, estando, portanto, desprovidos da escola colocada como o padrão ideal de qualidade no Maranhão, desde o início do século XX. Bom lembrar que se comparamos esses dados com o universo real de número de municípios do Maranhão no período, a disparidade torna-se ainda maior. Nessa época, o Maranhão possuía 65 municípios, o que indica ausência desse tipo escolar na grande maioria do Estado. Do total de municípios que possuíam grupos escolares (15, excluindo a

capital), apenas Caxias, possuía 2 grupos escolares, enquanto que os demais (14 restantes) possuíam apenas 1 grupo por município. Em 1947, o percentual de grupos escolares sofreu significativa ampliação, atingindo cifra de 60 escolas, enquanto que havia 91 escolas reunidas, e 579 escolas isoladas (Mensagem do Governador Sebastião Acher da Silva, 1948, p. 85).

### **Expansão da Escola Primária no interior maranhense, décadas de 30 e 40**

Os dados estatísticos sobre as escolas maranhenses são considerados mais confiáveis, a partir de 1940, quando a Secção de Estatística da Diretoria de Instrução Pública foi anexada ao Departamento Estadual de Estatísticas, embora que os investimentos nesse sentido, já haviam sido iniciados desde 1933, quando os relatórios sobre a administração no Maranhão, passam a ser enviados à Presidência da República (IBGE, 1948, p.194; 197).

Considerando a análise da expansão da escola primária a partir de 1930 pode-se afirmar que não houve um movimento ascendente constante, mas que, concretamente, aparecem fases de crescimento, intermediadas por fases de diminuição do número de escolas, professores e matrícula.

A primeira fase de crescimento aparece com os números atingidos em 1932, quando havia 951 unidades escolares no Maranhão, com um corpo docente na ordem de 1.191, e quando a matrícula geral atingia a cifra de 30.070, e a efetiva de 27.862. Desse período em diante ocorreu uma queda significativa verificada nos anos intermediários entre 1932 a 1939, conforme se pode visualizar na tabela 01 (p. 9). Pela análise dos dados apresentados pode-se identificar que houve um decréscimo significativo no número de unidades escolares e de professores no Estado, embora que a matrícula, geral e efetiva, tenha apresentado uma trajetória diferenciada.

Do ano de 1932 para 1933 embora tenha havido considerável decréscimo do número de escolas e de professores, a matrícula permaneceu em ascensão de 30.070, a geral, e de 27.862, a efetiva no primeiro ano, para 34.117, a geral, e 31.510, a efetiva, no ano seguinte. Nos anos de 1934 e 1935 a tendência ao decréscimo se manteve também nos índices de matrículas, apresentando sensível recuperação entre os anos de 1936 a 1938, até que no ano de 1939, ocorre nova fase de crescimento superando o quadro de 1932.

O período de 1930 a 1936 foi bastante conturbado para o Estado do Maranhão, pois além de abranger o regime de Intervenção Federal (1930 a 1934), conseqüente da “revolução”



que culminou com o governo provisório de Getúlio Vargas, se concretizou por uma intensa mudança dos representantes da administração estadual. Estiveram à frente do governo, nesse período de cinco anos, seis gestores.

Tabela 1: Demonstrativo do número de unidades escolares maranhenses, número de professores e matrícula, no interior e na capital, de 1933 a 1939.

Ano	Especificação	Unidades Escolares	Corpo Docente	Matrícula	
				Geral	Efetiva
1933	Interior				
	Capital				
	Maranhão	643	921	34.117	31.510
1934	Interior	320	455		
	Capital	91	321		
	Maranhão	411	776	27.382	16.042
1935	Interior	322	426		
	Capital	83	289		
	Maranhão	405	715	27.885	24.759
1936	Interior	336	432		
	Capital	85	284		
	Maranhão	421	716	29.174	26.937
1937	Interior	331	432		
	Capital	93	299		
	Maranhão	424	731	29.830	27.421
1938	Interior	470	584		
	Capital	86	285		
	Maranhão	556	869	37.000	34.000
1939	Interior	599	741		
	Capital	85	258		
	Maranhão	684	1.004	40.441	40.441

Fonte: IBGE, Maranhão, 1948, p. 195.

Foi na gestão de Antonio Martins de Almeida e Onésimo Becker de Araújo que vários professores do Estado foram exonerados, ficando, principalmente as escolas do

interior, desprovidas. Tal problemática é comentada por Paulo Martins de Souza Ramos que assumiu o governo em 15 de agosto de 1936, em Mensagem de 1836/37. Paulo Ramos se refere à desorganização do departamento de Educação, a qual atribuiu a lutas partidárias. Segundo ele havia, no Maranhão, várias escolas abandonadas por desvio de função, pois que imperava a prática de nomear professores para escolas da capital e do interior, sendo logo em seguida, alguns designados para outras atividades mantendo-se os salários destinados às funções docentes. Ocorria que professores nomeados para o interior, muitas vezes nem chegavam a se deslocar para o lugar de exercício, permanecendo na capital desempenhando outras funções, enquanto os alunos permaneciam sem aulas. Paulo Ramos denunciou que vigoravam formas irregulares de nomear, demitir, classificar ou destituir os professores primários do Estado: publicavam-se decretos nomeando professores, muitos dos quais estranhos às funções docentes, ao mesmo tempo exonerando os que se encontravam em exercício. Tal fato o levou a buscar reaproveitar os professores exonerados em novas vagas, ou naquelas que ainda não estavam providas (Mensagem do Interventor Federal Paulo Martins de Sousa Ramos, 1936/37, p. 71-72).

No Governo de Paulo Ramos, o Maranhão passou por relativa estabilidade, apesar de esse período ter precedido e transcorrido todo o Estado Novo com a ditadura varguista que se instalou no Brasil até 1945. Nos primeiros anos desse governo foram efetivadas medidas voltadas para organização do sistema que permitiram não só o crescimento da matrícula, como também o aumento da frequência que havia sofrido decréscimo, conforme fica evidenciado no Relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas, no ano de 1939.

No período inicial do Estado Novo, sob a administração de Paulo Ramos, ocorreu uma ampliação da rede pública no Maranhão, fase que se inicia em 1939, quando nas palavras do Interventor, foi nesse ano que ele “pode intensificar (...) sua atividade, no setor de ensino” (Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Sr. Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos, interventor federal do Maranhão, 1940, p. 88).

Apesar de ser identificada, nos primeiros anos da gestão do Interventor Paulo Ramos, uma fase de desenvolvimento no campo da instrução pública, observa-se que essa foi uma característica apenas dos primeiros anos do seu governo, a qual não se manteve por muito tempo. Entre 1940 e 1945, a comparação da estatística denuncia que houve uma segunda fase de decréscimo nos índices referentes a número de matrícula, de escolas e de professores primários no Maranhão (Tabela 2, p. 11).

Tabela 2: Demonstrativo do número de unidades escolares maranhenses, número de professores e matrícula, no interior e na capital, de 1940 a 1945.

Ano	Especificação	Unidades Escolares	Corpo Docente	Matrícula	
				Geral	Efetiva
1940	Interior	839	1.014	55.823	50.573
	Capital	100	309		
	Maranhão	939	1323		
1941	Interior	763	924	50.995	46.014
	Capital	99	320		
	Maranhão	862	1.247		
1942	Interior	778	927	47.665	42.667
	Capital	115	297		
	Maranhão	893	1.220		
1942	Interior	773	948	46.244	41.499
	Capital	111	283		
	Maranhão	884	1.231		
1944	Interior	708	878	44.850	40.236
	Capital	102	275		
	Maranhão	810	1.153		
1945	Interior	649	815	42.996	38.624
	Capital	98	312		
	Maranhão	747	1.127		

Fonte: IBGE. Maranhão, 1948, p. 197.

Nos primeiros anos da década de 40, a fase de retomada de crescimento do sistema de ensino maranhense, iniciada em 1939, permaneceu em voga seguindo a elevação em todos os aspectos: unidades escolares, professores e matrícula. Essa tendência de recuperação não se manteve nos anos seguintes, originando, dessa forma, mais uma fase de decréscimo do sistema de ensino primário do Maranhão, destacando-se uma pequena recuperação no ano de 1942, apenas nos quesitos relativos às unidades escolares e ao número de professores. Característica de decréscimo contrastante com a observada no período de 30 a 39, quando a diminuição de unidades escolares ocorreu de forma paralela à lenta recuperação do crescimento da matrícula.

No triênio de 1946 a 1949, se inicia a fase mais significativa de expansão da escola primária vivenciada até então, na história do Maranhão. Esta fase ocorreu em consequência da política nacional de expansão do ensino primário, que na gestão de Eurico Gaspar Dutra, previa construir “seis mil escolas rurais, duas centenas de grupos escolares e cinquenta escolas normais rurais” (IBGE, 1948, p. 217). Dentro do plano traçado pelo governo federal, o Maranhão foi contemplado com recursos para construção de 112 prédios escolares para funcionamento de escolares rurais a serem implantadas em povoados, em regiões interioranas dos municípios que haviam por muito tempo, sendo preteridas, em relação à capital, ou às sedes dos principais municípios.

No mesmo plano de expansão do Governo Federal, o Estado do Maranhão foi contemplado com recursos para construção de 26 prédios para implantação de grupos escolares nas sedes de alguns municípios. Dentre os municípios beneficiados, Barra do Corda e Presidente Dutra foram contemplados com dois edifícios e Imperatriz, recebeu o prédio onde foi instalado, a partir de 1951, o seu primeiro grupo escolar; denominado Governador Acher.

Com o decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário público em nível federal, foi instituído o ensino supletivo visando ofertar o nível elementar a alunos a partir de 13 anos. Contudo, foi em 1947 que foi lançada nacionalmente a Campanha de Alfabetização de Adultos, a qual criou “... inicialmente, dez mil classes de alfabetização em todos os municípios do país e uma infraestrutura nos estados e municípios para atender à educação de jovens e adultos” (SOARES; GALVÃO, 2005, p. 266).

Em mensagem acerca do ano de 1947, o governador Sebastião Acher da Silva reforça que os problemas financeiros aliados à grande extensão do estado são empecilhos para a existência de um sistema educacional merecido, compatível com as “gloriosas tradição e cultura” que o Maranhão possuía.

No ano seguinte, Sebastião Acher, registra os seguintes problemas que envolvem a educação no Maranhão: “reduzido número de estabelecimento de ensino primário”; “carência de meios de transportes que facilitem o acesso às localidades do interior”; e “dificuldade de encontrar professores dispostos a exercer o magistério fora da ilha e das cidades que ficam à margem da estrada de ferro”; e “falta de recursos financeiros” (Governador Acher, 1949, p. 83).

Dentre os problemas identificados no sistema de ensino do Maranhão pelo governador do Estado, há o reconhecimento de que o segmento mais afetado era o do interior. Os problemas maranhenses consistiam justamente no que em nível nacional, a política de combate ao analfabetismo visava atacar. Sendo assim, é que em 1948, foram realizados congressos de prefeitos nas cidades de Pinheiro, Caxias e Carolina, nos quais, visando adesão maranhense à Campanha de Combate ao Analfabetismo, 66 representantes municipais se comprometeram a contemplar em primeiro lugar no orçamento para 1949, recursos para custeio da educação primária. Nesses congressos cada prefeito se comprometia a abrir um número de escolas, e pelo número que cada um se propôs a criar se vê a discrepância entre as localidades: o município Benedito Leite previa a criação de apenas uma escola, enquanto que Bacabal se comprometia a abrir 33 e Pedreiras, 67 escolas (Mensagem apresentada pelo Governador Sebastião Acher da Silva, 1948, p. 84). Ao que tudo indica, as escolas primárias com as quais os prefeitos se comprometeram a criar para o ano seguinte, eram escolas supletivas primárias.

No ano de 1949, em função da Campanha de Alfabetização de Adultos, pode-se identificar uma real ampliação da rede de escolas primárias no interior do Estado. Segundo consta no Relatório do Governador Sebastião Acher, de 1950, todos os 75 municípios do Maranhão, somavam um total de 663 unidades escolares supletivas com igual número de professores, atingindo a frequência efetiva de 21.491 alunos (Relatório Governador Acher, 1950, p. 96-98). Apesar de todo esforço com a ampliação do acesso escolar no interior maranhense, consta que o mal do analfabetismo não foi vencido nove anos depois, se considerarmos que em 1958 o Maranhão ainda apresentava um índice de analfabetismo superior a 70 % (Relatório do Departamento de Educação, 1958).

Outra forma utilizada para ampliação da escolarização e combate do analfabetismo com significativa ocorrência no interior do Maranhão ocorreu com a implantação de escolas rurais. As escolas rurais foram criadas visando difundir a escola primária no interior do estado, onde a população era considerada pouco densa (Mensagem do Presidente do Estado do Maranhão Godofredo Mendes Vianna, de 05 de fevereiro de 1924). Contudo, será apenas na década de 1950, que essas escolas sofreram considerável ampliação, possibilitando a oferta do ensino primário em povoados ainda não contemplados com escolas públicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a análise sobre a expansão e modernização da educação no interior do Maranhão pode-se concluir que apesar do governo maranhense reconhecer a necessidade de expansão e modernização do sistema de ensino primário no interior, esse processo se deu de forma muito lenta durante os primeiros trinta anos do século XX. Nesse período se observou que os caminhos seguidos pelos governantes para expansão da escola primária estiveram a serviço da permanência do modelo de escola isolada, por considerarem que as modernas pedagogias tornavam-se impraticáveis na extensa região do interior, face às dificuldades financeiras do Estado.

Os resultados da investigação revelam que a partir da década de 30 do XX, houve uma lenta e gradual expansão da escola primária pública nas regiões interioranas do Estado, embora que a escola primária ainda não tenha se popularizado a contento, por não atingir como se desejava, as reais demandas. Nesse contexto, os tipos escolares com características da forma graduada, a exemplo dos grupos escolares, e escolas agrupadas (reunidas) se ampliaram lentamente nas sedes dos municípios sem que, até 1960, fossem acessadas pela imensa maioria das populações pobres. Por outro lado, as escolas isoladas (supletiva ou rural) sob a regência de professoras leigas, e desprovidas de edifícios e utensílios representou o tipo escolar mais ofertado para as populações herdeiras do analfabetismo no interior maranhense. Só a partir de 1947, as escolas rurais sofrem maior ampliação atingindo povoados fora das sedes do município, dispondo inclusive de recursos para construção de edifícios, em consequência da política de expansão deflagrada pelo Governo Federal.

#### **FONTES**

- ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria do Estado dos Negócios da Educação e Cultura. Relatório do ano de 1957. São Luís, 31 de março de 1958.
- ESTADO DO MARANHÃO. Relatório Geral da Instrução Pública do estado do Maranhão. São Luís, 1943.
- \_\_\_\_\_. Relatórios apresentados à assembleia legislativa pelos governadores do Estado do Maranhão, de 1900 a 1930. Disponíveis em [www.crl.ed](http://www.crl.ed)
- \_\_\_\_\_. Relatório apresentado à assembleia legislativa pelo Governador Paulo Martins de Sousa Ramos, 1936\1937. São Luís: Imprensa Oficial, 1937.
- \_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Sr. Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos, interventor federal do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, 1939.
- \_\_\_\_\_, Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Sr. Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos, interventor federal do Maranhão, São Luís: Imprensa Oficial, 1940.
- \_\_\_\_\_, Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Sr. Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos em 1941, interventor federal do Maranhão, São Luís: Imprensa Oficial, 1942.

- \_\_\_\_\_, Regulamento para o Ensino Primário do Estado. Diário Oficial do Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, 2 de março de 1932.
- \_\_\_\_\_, Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da sessão ordinária de 1948, pelo Governador Sebastião Acher da Silva. São Luís, 1948.
- \_\_\_\_\_, Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da sessão ordinária de 1949, pelo Governador Sebastião Acher da Silva. São Luís, 1949.
- \_\_\_\_\_, Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da sessão ordinária de 1950, pelo Governador Sebastião Acher da Silva. São Luís, 1950.
- \_\_\_\_\_, Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em 3 de maio de 1957, pelo vice-presidente da Assembleia Legislativa, no exercício do cargo de governador do Estado Dr. Eurico Bartolomeu Ribeiro. São Luís, 1957.
- \_\_\_\_\_, Leis e decretos. Coleção de decretos- leis e decretos de janeiro a junho de 1938\ julho a dezembro de 1938. São Luís: Imprensa Oficial, 1939.
- IBGE. **Maranhão 1948**. Departamento estadual de estatística, (São Luís), (19\_\_).

### REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. B. A educação rural como processo civilizador. In: BASTOS, M. H. C.; STEPHANOU, M. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, vol. III, 2005.
- BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em <<http://books.scielo.org>>
- BENCOSTA. Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: BASTOS, M. H. C.; STEPHANOU, M. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, vol. III, 2005.
- BICA, A. C; CORSETTI, Berenice. In: O Prelúdio das Campanhas de Alfabetização na Era Vargas: a Cruzada Nacional de Educação. **História da Educação** (UFPel), v. 15, p. 170-180, 2011.
- CRUZ, Mariléia dos Santos; ANJOS, Pâmela Daniele Cardoso dos Santos. Modernização do Ensino no Interior do Maranhão: indícios da chegada da escola graduada em Imperatriz. In: CRUZ, M. S. **História da educação de Imperatriz: textos e documentos**. Imperatriz: Ética, 2012.
- FERNANDES, H. Costa. **Administrações maranhenses, 1822 a 1929**. 2ª ed. São Luis: Instituto Geia, 2003.
- MEIRELLES, M. M. **História do Maranhão**. 3 ed. São Paulo: Siciliano, 2001.
- SOARES, Leôncio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Uma história da alfabetização de adultos. In: BASTOS, M. H. C.; STEPHANOU, M. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, vol. III, 2005.
- SOUZA, Rosa Fátima de. ARAÚJO, José Carlos. **A institucionalização dos grupos escolares no Brasil (1889-1930): notas sobre um percurso de investigação comparada em âmbito nacional**. Resumo expandido da Comunicação coordenada apresentada no **VII ENCONTRO LUSO BRASILEIRO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, São Luís, 2010.

<sup>i</sup> A escola graduada por consistir na reunião de várias escolas em um mesmo prédio foi considerada como um modo mais econômico de ofertar a educação pública, uma vez que os governadores deixariam de alugar várias casas para funcionamento de escolas (BENCOSTA, 2005, p. 71).